


Interfaces entre os princípios pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS) e as ideias de Paulo Freire

Interfaces between the pedagogical principles of the National Policy for Permanent Education of the Unified Social Assistance System (PNEP-SUAS) and the ideas of Paulo Freire

 **Laís Vieira Pinelli**
Universidade de Brasília
pinelli.lais@gmail.com

 **Miriam de Souza Leão Albuquerque**
Universidade de Brasília
miriamsla@unb.br

Resumo: Este artigo apresenta algumas intersecções possíveis entre as ideias de Paulo Freire e os fundamentos metodológicos e pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS). O PNEP-SUAS visa a capacitação e formação em diferentes modalidades e níveis dos trabalhadores do SUAS, portanto é orientado para adultos trabalhadores de distintos campos de atuação da Assistência Social, com vivências profissionais diferenciadas e complementares. Adotamos como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica e pesquisa documental. Verificou se diversas possibilidades de diálogo entre os princípios pedagógicos do PNEP-SUAS, historicidade, aprendizagem significativa, interdisciplinaridade e a centralidade dos processos de trabalho com as propostas e compreensões freirianas sobre dialogicidade, historicidade, práxis e centralidade no conhecimento do aluno.

Palavras-Chave: Educação Permanente. Paulo Freire. PNEP-SUAS.

Abstract: This article presents some possible intersections between Paulo Freire's ideas and the methodological and pedagogical foundations of the National Policy for Permanent Education (PNEP) of the Unified Social Assistance System (SUAS). PNEP-SUAS aims at the qualification and training in different modalities and levels of SUAS workers, therefore it is oriented towards adult workers from different fields of action of Social Assistance, with different and complementary professional experiences. We adopted as a research methodology the bibliographic review and documentary research. There were several possibilities for dialogue between the PNEP-SUAS pedagogical principles, historicity, meaningful learning, interdisciplinarity and the centrality of work processes with Freirian proposals and understandings on dialogicity, historicity, praxis and centrality in the student's knowledge.

Keywords: Continuing Education. Paulo Freire. PNEP-SUAS.



“Minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas também sujeito da história.” Paulo Freire

Introdução

O presente artigo foi construído a partir de um projeto de extensão desenvolvido pelo grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDIS), do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). O projeto se dispôs a realizar um tributo ao educador Paulo Freire mediante seis rodas de conversa. Este artigo partiu da quarta roda de conversa, que teve como tema os “Fundamentos Teórico- Metodológicos das Ações da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP no contexto do SUAS e suas interfaces com Paulo Freire”. O objetivo dessa roda foi estabelecer a interface da produção teórica do educador em pauta com os princípios da educação permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É importante ressaltar que a PNEP não adota a obra freiriana nas suas referências bibliográficas. Diante do exposto, este trabalho ousa na perspectiva de identificar a interface teórico-metodológica das ideias do educador com os princípios defendidos na própria PNEP.

APNEP visa garantir o aperfeiçoamento e a valorização contínua dos trabalhadores do SUAS. A partir do Capacita SUAS, a política conseguiu capacitar mais de 10.000 trabalhadores até o momento, e prevê-se que esse número aumente até 2022. A base pedagógica desta política é o reconhecimento da centralidade dos trabalhadores no processo de aprendizagem, visando aperfeiçoar os processos de trabalho vinculados ao cotidiano profissional no SUAS. Quem conhece as obras e o pensamento de Paulo Freire consegue vislumbrar possíveis contribuições desse pensador para uma política que visa à educação permanente de adultos trabalhadores.

Paulo Freire desenvolveu uma filosofia e epistemologia da educação, sendo reconhecido mundialmente por ter desenvolvido uma metodologia de ensino e aprendizagem revolucionária. Inserido em um processo de construção de um novo paradigma educacional na América Latina, onde o centro do debate são as classes oprimidas, Paulo Freire defende uma educação dedicada à transformação dos sujeitos e da sociedade, ou seja, uma educação libertadora.

Nesse sentido, Paulo Freire reivindicava o direito da historicidade do homem de se construir na sua realidade, atribuindo à educação um papel essencial nesse movimento. Acreditando na mudança a partir da práxis social— ou seja, a junção entre reflexão e ação transformadora —, Freire reivindicava também uma educação reflexiva, significativa e construída a partir da realidade objetiva dos educandos. Ou seja, uma educação para além da mera transmissão do conhecimento,



intimamente relacionada com a capacidade de ler o mundo, de aumentar a conscientização e transformar a realidade.

Considerando os pontos levantados, identificamos neste artigo contribuições do pensamento de Paulo Freire para a PNEP-SUAS. Com esse objetivo em mente, primeiro apontamos algumas considerações essenciais sobre a PNEP-SUAS, para em seguida abordar interfaces possíveis entre os princípios pedagógico-metodológicos dessa política e o pensamento freiriano.

A Política Nacional de Educação Permanente

APNEP-SUAS institui uma nova relação entre educação e trabalho para os profissionais do SUAS, valorizando-os com princípios orientadores da interdisciplinaridade, aprendizagem significativa e historicidade. Além disso, toma como centrais no processo educativo os processos de trabalho.

Esta política pública parte dos processos de trabalho fundamentados na crítica reflexiva dos próprios trabalhadores, sujeitos ativos na construção de seu conhecimento profissional cotidiano. Essa perspectiva valoriza a consciência crítico-reflexiva comprometida com a responsabilidade de atendimento integral das necessidades da população com a qual se trabalha.

É nesse sentido que a PNEP-SUAS foi instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 4, de 13 de março de 2013. A resolução atesta uma perspectiva que é resultado de um amplo debate entre trabalhadores (dos equipamentos socioassistenciais, dos programas e benefícios), gestores (das três esferas de governo), conselheiros (municipais, estaduais e federais) e usuários ao longo das Conferências Nacionais da Assistência Social, realizadas a cada dois anos desde 1995 até 2017, conforme explicita em seu texto:

[...] os anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema. (CNAS, 2013, p. 10).

A concepção de educação permanente adotada pela PNEP-SUAS vai ao encontro da perspectiva de Yazbek (2014), que a defende como um movimento contínuo de reflexão sobre a realidade objetiva, na busca pela clareza de nossas explicações, da nossa consciência social e política, tendo como objetivo delinear resistências, caminhos alternativos e utopias coletivas. Nesse sentido, a PNEP/SUAS completa:



a educação permanente não se confunde com os modelos tradicionais de educar por meio da simples transmissão de conteúdos, tampouco se identifica com os modelos de formação e capacitação de pessoas baseados na apartação dos que pensam, dirigem e planejam; dos que produzem, operam e implantam. Ela também não admite a hierarquização e a fragmentação disciplinar do conhecimento e dos saberes [...]. (CNAS, 2013, p. 36).

Desse modo, rompe-se com modelos educacionais tradicionais, pautados na simples transmissão do conhecimento com o estudante na posição de mero receptor, tábua rasa de qualquer saber. A PNEP-SUAS acredita que o trabalho profissional deve estar orientado para a valorização da população atendida e a consequente ruptura com concepções discriminatórias, preconceituosas e benemerentes com os usuários, típica de uma sociedade que possui a herança da “matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas” (YAZBEK, 2015, p. 34).

Além dos aspectos anteriormente mencionados, a PNEP-SUAS avança quando apresenta um novo padrão de formação com princípios definidos, carga horária delimitada e certificação que rebate na progressão funcional do trabalhador. As ações de capacitação e formação são construídas em torno de três percursos: Gestão do SUAS, Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e Controle Social do SUAS. Em cada um desses percursos, é possível desenvolver ações específicas, como Capacitação Introdutória, de Atualização e Supervisão Técnica. O CapacitaSUAS é atualmente o programa central que concretiza as ações da PNEP-SUAS em âmbito nacional, estadual e regional, oferecendo oito cursos de capacitação de 20 a 40 horas. A PNEP-SUAS prevê também ações de formação de longa duração, com carga mínima de 1.800 horas-aula; de aperfeiçoamento, com carga de 180 horas-aula; de especialização, com 360 horas-aula; e mestrado, com duração de cerca de dois anos.

APNEP-SUAS apresenta uma perspectiva político-pedagógica da educação permanente que perpassa por toda a estrutura organizativa e as propostas pedagógicas das ações de capacitação e formação. É pautada em cinco princípios: a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais, a historicidade, a aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS. A seguir, abordaremos quatro desses princípios, apontando possíveis contribuições do pensamento freiriano para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.



Historicidade

O princípio da historicidade defendido pela PNEP-SUAS permite localizar a política em um determinado momento histórico, com formas específicas de sociedade e de Estado determinando a análise, as indagações e as estratégias de aperfeiçoamento e consolidação da política de assistência social, o que conseqüentemente deverá ser considerado em todo o processo de capacitação. Isso implica a recusa de análises fenomenológicas, idealistas e empiricistas, pois

o princípio da historicidade permite, ao mesmo tempo: a) a fuga à abordagem empirista do real, que dá exclusividade e primazia às técnicas de coleta, como se o real se revelasse aos sujeitos em estado de pureza, sem mediações conceituais; b) a fuga do idealismo objetivo, em que as categorias e conceitos pretendem ser eternas, anteriores e independentes do mundo real, material; c) fuga do idealismo subjetivo, em que as categorias são entendidas como simples nomações fenomênicas e do espírito, e não expressões do real. (BRASIL, 2013, p. 39).

Sendo assim, o conceito de historicidade defendido pela PNEP-SUAS relaciona-se com a proposta de que a história é produto das ações e reflexões humanas, que são capazes de transformar a realidade concreta por meio do trabalho. Esse movimento constante é produto de transformações conceituais e revoluções paradigmáticas (BRASIL, 2013). Entende-se, dessa forma, que a PNEP-SUAS reconhece o processo educativo em uma perspectiva dialética com o trabalho, ou seja, as transformações históricas se constroem a partir da práxis humana de transformação do real a partir do reconhecimento de novas necessidades humanas. Nesse sentido, o processo de aprendizagem implica não apenas a aquisição de novas técnicas e saberes, mas também uma dimensão política e social, refletindo e agindo sob determinado modelo e projeto de sociedade. Ou seja:

[o princípio da historicidade] exige que as ações de formação e a capacitação para o SUAS abarquem questões filosófico-científicas e éticas-políticas relacionadas aos princípios e fundamentos da análise do ser social e do projeto social que lhe confere tal identidade, fazendo a mediação dessas questões com as de caráter técnico e operativo. (BRASIL, 2013, p. 39).

De acordo com Moretti (2010), nas obras de Freire a historicidade, como movimento constante, transitório e processual, está sempre ligada ao saber e à curiosidade epistemológica. Para Freire, o conhecimento é produto da história, ou seja, é dialético, pois, estando em constante transformação, supera-se no movimento do real. Observa-se também que, para o pedagogo, o

processo de aprendizagem também exige a problematização do real em suas múltiplas especificidades históricas.

De acordo com Freire (1993), aprender está intimamente vinculado com a práxis, ou seja, com a capacidade do homem de se transformar e transformar o mundo a partir da ação-reflexão. Sendo assim, a concepção freiriana da educação enxerga-a como motor, entre outros, do desenvolvimento do homem e da história, e como tal permite identificar no futuro possibilidades para si e para o mundo, negando qualquer espécie de postura fatalista e reforçando sua perspectiva de uma pedagogia para a esperança. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, para Freire, a atitude crítica é uma forma de integração, pois a partir do saber crítico do real – o que implica a análise do passado e o presente – é possível aprender sobre os desafios e as tarefas a serem superadas (MORETTI, 2010).

Considerando esses aspectos, é possível identificar claras relações com a PNEP-SUAS, destacando que ambos os conceitos de historicidade reconhecem a capacidade de transformações do sujeito e a necessidade da criticidade da realidade e suas particularidades históricas. Nesse sentido, é interessante reforçar o conceito de esperança de Freire, intimamente relacionado com o entendimento dos homens como sujeitos históricos, como sujeitos sociais que se constroem em diálogo e na perspectiva das possibilidades. Nesse sentido, ao valorizar as possibilidades e a construção de formas para a consolidação e melhoria do SUAS a partir do aperfeiçoamento contínuo e da intervenção do trabalhador, a PNEP-SUAS, como produto de uma determinada historicidade e localizada em um espaço e tempo, reconhece o processo educativo em uma perspectiva das possibilidades – ou em uma perspectiva freiriana, a partir de uma pedagogia da esperança.

Interdisciplinaridade

O conceito de interdisciplinaridade usado como um dos eixos estruturantes da PNEP-SUAS pauta-se primeiramente no reconhecimento do caráter intersetorial da Assistência Social, considerando que as demandas dos usuários são complexas e multideterminadas. Conseqüentemente, tais demandas só poderão ser respondidas a partir de ações e processos laborais interdisciplinares, bem como de equipes de diversas áreas do conhecimento¹.

¹ De acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS, são categorias profissionais da Assistência Social: antropólogo, economista doméstico, pedagogo, sociólogo, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta, assistente social, psicólogo, advogado, administrador, contador e economista.



O princípio da interdisciplinaridade exige que a PNEP-SUAS negue modelos de ensino tradicionais, sendo contrária a relações hierárquicas e de fragmentação disciplinar. Objetiva-se com a PNEP-SUAS que o processo de aprendizagem seja investigativo e construído coletivamente, com e para o aluno trabalhador. Nesse sentido, reforça-se o foco na perspectiva e vivência dos trabalhadores, que, a partir de uma abordagem educativa interdisciplinar, construa formas de fortalecimento da integralidade dos processos de trabalho, necessária para responder as demandas da Assistência Social.

Apesar de Freire não ter usado explicitamente o conceito de interdisciplinaridade (ANDREOLA, 2010), é possível identificar sua preocupação em dialogar com diferentes campos do conhecimento em suas obras, assim como em suas práticas na política educacional. Costa e Loureiro (2017), por exemplo, destacam aspectos de sua metodologia que enxergavam a necessidade da interdisciplinaridade para a alfabetização, a pesquisa e a investigação.

Para além de sua metodologia, centralizamos três grandes contribuições do educador para este debate: suas críticas à concepção positivista de ensinar, sua defesa de um conhecimento construído coletivamente a partir do diálogo e seu entendimento de que a interdisciplinaridade é essencial no processo de construção do conhecimento.

Em *Pedagogia do oprimido* (1993), Freire critica a visão positivista de ensinar porque esse modelo sustenta uma relação hierárquica de transmissão de conhecimento e, conseqüentemente, trata o processo educativo como a-histórico. Na pedagogia freiriana, valoriza-se a autonomia e complexidade dos alunos, que são reconhecidos como sujeitos históricos, com conhecimentos e vivências sociais e políticas próprias. Nesse sentido, a partir da autonomia e da diferença, cria-se positivamente o conflito entre aquilo que se é e aquilo que se aprende com outros, sendo esse movimento dialógico necessário para a construção de um conhecimento capaz de captar a complexidade do real. Na PNEP-SUAS, é essencial o reconhecimento da autonomia do aluno, tanto na transmissão quanto na construção de conhecimento, pois, como alunos trabalhadores, estes são sujeitos estratégicos para identificar e, conseqüentemente, contribuir para a construção de um conhecimento pautado em uma realidade concreta.

Outra categoria central é o diálogo, que, na perspectiva da PNEP-SUAS, é essencial para a construção de um trabalho de fato interdisciplinar. Nas obras de Freire, o diálogo é defendido como exigência de existência, não havendo diálogo sem a participação daquele que escuta e fala – assim como não é possível diálogo se existem aqueles que são privados das palavras e aqueles que

querem privá-los. O diálogo tampouco é batalha, busca da verdade ou imposição; ele só é possível com aqueles que visam à transformação.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1993, p. 50).

Sendo assim, o diálogo carrega em si a noção de igualdade entre os homens, onde coletivamente se busca conhecer mais. Constitui-se como relação horizontal e de confiança no outro, que consiste na plena coerência das ações com as palavras.

Outro ponto de contribuição é que a interdisciplinaridade sempre foi vista por Freire como essencial para a sistematização do conhecimento de forma integrada, sendo necessária para a síntese totalizante de compreensão e intervenção no real (ANDREOLA, 2010). Nesse sentido, as equipes interdisciplinares devem reconhecer que apenas a partir de um trabalho conjunto é possível compreender a complexidade das demandas do SUAS. Da mesma forma, é estratégico que, no processo de capacitação, o aperfeiçoamento seja construído coletivamente, de modo a estreitar práticas de fato interdisciplinares e oportunizar a problematização-ação dos conteúdos aprendidos.

Aprendizagem significativa

Os princípios da aprendizagem significativa e da centralidade do trabalho defendidos na PNEP-SUAS podem ser analisados de forma conjunta considerando sua complementaridade. A centralidade do trabalho é uma das bases para a aprendizagem significativa, considerando que é a partir dos processos de trabalho que se atribui significado e sentido no processo de ensino, ao trazer e ter como base o que é vivenciado no cotidiano profissional.

Na PNEP-SUAS, a aprendizagem significativa sustenta-se na perspectiva de que os alunos trabalhadores necessitam que os conhecimentos adquiridos se relacionem e se construam a partir de seu conhecimento e suas experiências prévias, acumulados em uma longa trajetória. Sendo assim, torna-se necessário o envolvimento e reconhecimento da importância do conteúdo aprendido, valorizando as experiências, os valores e os conhecimentos prévios dos educandos, assim como os contextos regionais e locais. Esses elementos constituem “ancoragem cognitiva à apreensão pelos educandos dos novos conteúdos, valores e experiências introduzidos pelas ações de formação e capacitação” (BRASIL, 2013, p. 37).



O reconhecimento da importância das experiências laborais dos trabalhadores do SUAS na melhoria da política assistencial e construção dos conhecimentos adquiridos nos processos de aprendizagem na PNEP-SUAS dialoga com o reconhecimento da autonomia dos educandos, como sujeitos da própria aprendizagem, defendida por Freire. Para o pedagogo, é necessário estimular a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade. O educando precisa ser sujeito desse ato e não um depositário de ideias, sendo necessário perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. Estudar é um ato criativo e crítico; não se trata de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las. É necessário, no processo de aprendizagem, a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento exigente, a inquietação, a incerteza – todas essas virtudes são indispensáveis ao sujeito cognoscente.

O reconhecimento dos educandos como sujeitos de sua aprendizagem reflete-se também na metodologia de alfabetização para adultos desenvolvida por Freire. Admite-se que saber ler não é apenas um processo técnico de decodificação, pois prevê uma leitura do mundo. Isso significa que o aluno, antes de saber ler as palavras, já possui um conjunto de experiências e conhecimento que codifica sua realidade. Acompanhando o reconhecimento da realidade do educando, Freire defendia também a necessidade do trabalho político de conscientização, ou seja, uma aproximação crítica com a realidade. A conscientização não significa apenas o reconhecimento da realidade concreta, mas a elaboração de um projeto de ação, de transformação, dando assim significado não apenas a partir da relação palavra-realidade, mas do reconhecimento da capacidade de intervenção do educando (BAQUERO, 2010).

Nesse sentido, entende-se que o processo de aprendizagem significativa da PNEP-SUAS, para além do reconhecimento das vivências prévias dos educandos e da análise crítica da realidade, relaciona-se com a construção coletiva de estratégias e ações de melhoria da política assistencial, na perspectiva de se relacionar com a concepção de Freire dos educandos como sujeitos de sua aprendizagem.

A centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais

Considerando a ênfase nos trabalhadores como peça central para o cumprimento dos objetivos do SUAS, o trabalho torna-se uma das principais categorias no desenvolvimento da PNEP. Reconhecer que o aperfeiçoamento contínuo do trabalhador é a chave para a viabilização dos direitos socioassistenciais dos usuários da Política Nacional de Assistência Social cria elos



orgânicos entre a educação e o trabalho. Esse elo ultrapassa a concepção da educação formal e a compreensão da educação profissional como capacitação pontual. Trata-se da construção de uma identidade e criação de suportes que interfiram, crítica e reflexivamente, no seu cotidiano profissional, auxiliando na resolução de problemas e nas relações objetivas e subjetivas nesse campo.

De acordo com a PNEP, os processos de trabalho e as práticas profissionais são mediações centrais na garantia da gestão descentralizada e participativa do SUAS. Isso significa que o processo de aprendizagem deve ser protagonizado e desenvolvido a partir das demandas e dos desafios que emergem desses processos de trabalho. Considerando o caráter histórico dos processos de trabalho, onde novos problemas, dificuldades e questões surgem das transformações e conjunturas sociopolíticas, acreditamos que, no contexto do SUAS, identificar esses pontos de conflito e de possíveis aperfeiçoamentos só seria possível a partir da efetiva participação e compromisso daqueles que a concretizam – não apenas no sentido de serem partes essenciais para a execução, mas também pelo privilégio de se encontrarem inseridos no cotidiano desses desafios.

A assistência social carrega a particularidade de, ainda nos dias de hoje, lutar pelo seu *status* de política de Estado, buscando se afastar de práticas assistencialistas e filantrópicas. Isso a caracteriza como uma política social menor, afetando diretamente a perspectiva dos trabalhadores em relação aos serviços ofertados e seus usuários.

Tanto o desenvolvimento de competências quanto a modificação de processos de trabalho e de práticas profissionais, objetivos almejados por essa Política, devem estar orientados para a valorização da população atendida e para a consequente ruptura com a concepção discriminatória de “necessitado” e com a subalternização dos usuários do SUAS. Nesse sentido, a Educação Permanente deve induzir nos trabalhadores e equipes profissionais um estado de permanente questionamento e reflexão acerca da pertinência e adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais quanto ao reconhecimento desses usuários, enquanto sujeitos de direitos e capazes de agir para a modificação da realidade, e quanto à integralidade dos contextos de vida, demandas e aspirações das populações com as quais trabalham. (BRASIL, 2013, p. 35).

É considerando essas particularidades que os cursos desenvolvidos pelo Capacita SUAS buscam recuperar o sentido histórico que lhe foi atribuído e que está em processo de desconstrução no cotidiano da política, mesmo que esta já esteja formalmente institucionalizada. Sendo assim, ao centralizar os processos de trabalho, a PNEP também lida diretamente na construção de sentido e valores dos trabalhadores em relação tanto ao SUAS quanto a sua própria identidade enquanto operadores dessa política.



Para Freire, o trabalho se realiza na relação entre homem e natureza, possibilitando a construção do homem como produto da cultura e da história. Isso significa que a identidade individual se constrói a partir da identidade coletiva, pois é a partir de uma totalidade social, por meio da língua, da moral, dos afetos, das ações no meio, que o homem constrói a si mesmo. Ontologicamente, entende-se que no trabalho o homem não apenas se transforma, se constrói e desconstrói, mas também aprende e desenvolve novas capacidades e habilidades necessárias para a realização da sua função (MANFREDI, 2010).

De acordo com Fischer (2010), com base em uma compreensão ontológica e histórica do trabalho, Freire estabelece em alguns dos seus escritos o processo de aprendizagem da linguagem por meio da conscientização crítica da realidade que se realiza de forma privilegiada no trabalho, estabelecendo assim a intrínseca relação entre linguagem, consciência e trabalho.

Esse movimento de localizar no trabalho os lócus privilegiados para a construção de uma crítica reflexiva e usá-la de subsídio para o processo de aprendizagem converge com a proposta da PNEP-SUAS de centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais. Isso se expressa na defesa do protagonismo dos trabalhadores na delimitação das matrizes pedagógicas a partir dos desafios e questões do cotidiano profissional, que exige tanto uma elevação de consciência crítica quanto um detalhado exercício de busca de soluções e, conseqüentemente, de aperfeiçoamento e aprendizagem.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos de forma introdutória as contribuições do pensamento de Paulo Freire para os princípios políticos, pedagógicos e metodológicos da PNEP-SUAS. O objetivo de garantir o protagonismo dos trabalhadores do SUAS no seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento desse sistema se traduz na base revolucionária do pensamento freiriano: a centralidade do alunado no seu processo de educação e o potencial de, a partir desse conhecimento, construído de forma coletiva, transformar a sociedade. Mesmo que na PNEP-SUAS não sejam explicitadas as influências de Freire, esperamos ter demonstrado que há claras intersecções possíveis entre princípios dessa política e o pensamento freiriano, como a questão da criticidade, autonomia, criatividade, interdisciplinaridade e centralidade do trabalho.



Referências

- ANDREOLA, B. Interdisciplinaridade. In: Steck, D.; Redin, E.; Zitkoski, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2010. p. 229-230.
- BAQUERO, R. Educação de adultos. In: Steck, D.; Redin, E.; Zitkoski, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2010. p. 172-174.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.
- COSTA, C. e LOUREIRO, C. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. *Rev. katálysis*. 2017, vol.20, n.1, p.111-121.
- FISCHER, M. C. B. Trabalho. In: Steck, D.; Redin, E.; Zitkoski, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2010. p. 502-503.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MANFREDI, M. S. Educação profissional. In: Steck, D.; Redin, E.; Zitkoski, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2010. p. 178-180.
- MORETTI, C. Z. Historicidade. In: Steck, D.; Redin, E.; Zitkoski, J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. São Paulo: Autêntica, 2010. p. 262-264.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Educação permanente e a política de assistência social: o papel da academia e os desafios para o Serviço Social. In: *SNAS. Gestão do trabalho e educação permanente do SUAS em pauta*. Brasília, 2014.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 198 p.

Recebido em: 26 fev. 2020 / Aprovado em: 16 mar. 2020

Cite como (ABNT NBR 6023:2018)

PINELLI, Laís Vieira; ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão. Interfaces entre os princípios pedagógicos da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS e as ideias de Paulo Freire. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 22-33, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.16651>.

